

A relação histórica homem/natureza e sua importância no enfrentamento da questão ambiental

João Gabriel de Paula Naves*
Maria Beatriz Junqueira Bernardes**

Resumo

Desde o surgimento da humanidade, a compreensão da espacialidade mundial é vinculada à intervenção do homem na natureza. Portanto, a atual configuração física e social do nosso planeta é resultado do modo como a humanidade se vê e se relaciona com o meio ambiente. Credita-se a essa relação vários problemas sociais e, sobretudo, ambientais. Nos últimos anos, a emergência da questão ambiental no debate social apresenta-se como possibilidade ideológica de promover uma mudança de perspectiva na relação homem/natureza, acarretando mudanças de posicionamento na construção da espacialidade mundial. Trata-se de um momento histórico e muito importante na formação da identidade humana, pois desenvolvimento, tecnologia e meio ambiente articulam-se na construção de ambientes saudáveis, promovendo o desenvolvimento econômico, ecológico e social.

Palavras-chave: Epistemologia Ambiental; Ambientalismo; Relação homem/natureza.

* Universidade Federal de Uberlândia (jgnaves@gmail.com).

** Universidade Federal de Uberlândia (mariabeatrizjunqueira@gmail.com).

The historical relationship between Man/Nature and its importance to dealing with the environmental issue

Abstract

Since the emergence of humanity, understanding of spatiality world is bound to man's intervention in nature. Therefore, the current social and physical configuration of our planet is the result of how the humanity see themselves related to the environment. Is credited to this relationship several social and especially environmental problems. For the last years, the emergence of environmental issues in the social debate, presents as an ideological possibility to promote a perspective shift in this relationship man/nature, causing positioning changes in the construction of spatiality world. This is a historical and very important moment in the formation of human identity, in which: development, technology and environment are possible to be in line for the construction of a healthy environment where there is economic, ecologic and social development.

Key words: Environmental epistemological; Environmentalism; relationship man/nature.

Introdução

A compreensão sobre a maneira pela qual o homem compreende a natureza está intimamente ligada à estruturação do modo de vida de determinada cultura. Por isso, a elucidação dos processos históricos da relação entre o homem e o meio ambiente é fundamental para o entendimento das intervenções humanas no espaço.

Com frequência assistimos pela mídia televisiva, documentários, notícias ou entrevistas que trazem, no seio de suas discussões, a questão ambiental. Os programas de TV geralmente procuram ressaltar a importância da preservação da natureza e,

muitas, vezes mostram práticas ecológicas que contribuem para melhorias na qualidade de vida da população.

É bem verdade que a ênfase dada pela televisão aos temas ambientais decorre da incidência de grandes tempestades, deslizamentos de terra com vítimas, furacões ou tsunamis e que as causas desses acontecimentos têm sido sempre debitadas ao estado de degradação em que se encontra a natureza. Mas, embora o vilão ainda seja a voracidade dos fenômenos ambientais, que aparecem de uma hora para outra, sem dar aviso prévio, o fardo de ser um dos principais responsáveis pela ocorrência de tais desastres vem sendo colocado nas 'costas' dos homens.

O fato de se creditar ao ser humano uma parcela significativa de culpa nesses drásticos acontecimentos da natureza, advém da ideia de que é a partir do desenvolvimento das tecnologias e seus desdobramentos sócioespaciais que as catástrofes e desastres ambientais vêm ocorrendo de forma exponencial. Ou seja, as questões ambientais são hoje associadas ao desenvolvimento da civilização, às crises sociais, econômicas e políticas que as acompanham, de tal modo, que a degradação do meio ambiente deixa de ser apenas um problema relativo à natureza e ganha a dimensão de um problema socioambiental. Leff (2007, p.61) explica isso muito bem. Para o autor, há uma clara relação entre o desenvolvimento da civilização e os problemas ambientais.

A problemática ambiental – a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos – surgiu, nas últimas décadas do século XX, como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes.

Segundo o autor, a problemática ambiental acarretou mudanças globais que comprometem a manutenção de diversos sistemas socioambientais, prejudicando a sustentabilidade do planeta. Mas, ele considera que tal situação está intimamente vinculada ao modo como se compreende e se estabelece uma relação entre as ações ou o modo de existir humano e a natureza.

Leff (2007), ressalta a necessidade de se buscar novos valores e conhecimentos que visem ao estabelecimento de processos de gestão dos recursos naturais que suplantem o modo capitalista de racionalidade produtiva. Segundo o autor (op cit, p.67)

Estes processos estão intimamente vinculados ao conhecimento das relações sociedade-natureza: não só associados a novos valores, mas a princípios epistemológicos e estratégias conceituais que orientam a construção de uma racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade ecológica e de equidade social. Desta forma, a crise ambiental problematiza os paradigmas estabelecidos do conhecimento e demanda novas metodologias capazes de orientar um processo de reconstrução do saber que permita realizar uma análise integrada da realidade.

Na base dessa explicação o autor questiona, portanto, o atual paradigma capitalista e apresenta sua crença de que a crise ambiental surge como possibilidade ideológica para orientar novos processos sociais e para modificar os já existentes a fim de enquadrá-los às necessidades ambientais.

Por estarmos vivendo um momento em que o saber está vinculado ao modo capitalista de produção do espaço, parece evidente a dificuldade de se trilhar outros caminhos epistemológicos na construção de uma racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade ecológica e equidade social assim como propõe o autor citado.

Porto-Gonçalves (2011, p.17) também corrobora a tese de Leff, ao afirmar que para superar as deficiências do atual paradigma, tendo como meta as necessidades socioambientais, há de se buscar outras racionalidades. O modelo tecnocrata, a racionalidade econômica e a razão objetiva, segundo o autor, deveriam ser repensados. Porém, ele se mantém cético e receoso quanto às reais possibilidades de mudança, ao expor que

O desafio ambiental vai ser apropriado de um modo muito específico pelos protagonistas que vem comandando o atual

período neoliberal de uma perspectiva essencialmente econômico-financeira.

Conforme esse autor, a problemática ambiental surge, portanto, em um momento em que é notória a capacidade da doutrina neoliberal de se confirmar e, desse modo, continuar os processos de subjugação da natureza. Ou seja, para ele seria difícil a emergência de um novo paradigma que respeite a complexidade não só da natureza, mas também dos diferentes processos sociais.

Entretanto, a atual preocupação ambiental por parte do setor industrial dá início a um momento ímpar na relação do homem com o espaço, que se configura de maneira muito complexa e peculiar: é necessário dar continuidade à degradação do meio ambiente para suprir as necessidades do mundo moderno ao mesmo tempo em que se tem que preservar esses recursos.

Portanto, faz-se necessário evidenciar a relação do homem com espaço geográfico, sobretudo a concepção de natureza que ela trás, para elucidar os caminhos dos novos processos que se fazem presentes na sociedade contemporânea, promovendo a discussão sobre a questão ambiental e seus desdobramentos.

(Re) construção histórica da relação homem/natureza

Em sua gênese, as relações do homem com natureza foram estabelecidas pela dependência do primeiro às condições naturais. Nossos antepassados eram nômades e, devido à absoluta necessidade de sobrevivência, dirigiam suas energias na busca de condições favoráveis da natureza para sua adaptação. Entretanto, dada a impossibilidade de dominar o meio circundante, a relação com o meio se dava por aquilo que a Antropologia chama de antropomorfismo, animismo e magia/fetichismo, que são formas de compreensão do espaço através da criação de valores humanos e surreais para os fenômenos naturais.

Conforme explica Pelizzoli, (2004), o advento desta formulação não é a razão da ciência, não é a lógica formal do conhecimento, mas a adoração e veneração do que não se deixa

dominar. A autora (op. cit, p.50) afirma ainda que a partir daí, temos a natureza constituída por meio da visão do *maná*,

de algo sagrado que perpassa certas realidades e coisas, e que deve ser reverenciado, para que seja propício, como ajuda, como graça (como a graça, na igreja católica) em vista a corroboração da cultura onde o primevo se insere.

Naquele período histórico, os processos subjetivos de ordem simbólica se misturavam à objetividade cognitiva biológica sugerindo ao homem primevo construir uma imagem sagrada da natureza. Sendo assim, os processos naturais necessários para a sobrevivência eram entendidos como graça, como verdadeiras dádivas divinas.

Segundo Montibeller-Filho (2008), esses passos trilhados pelo homem primevo resultaram na primeira forma de conceber a natureza caracterizada de forma inclusiva, pela qual parece haver uma relação umbilical entre homem e natureza. As relações humanas com o espaço, portanto, originaram da necessidade de compreensão de fenômenos desconhecidos que ocorrem. Para isso, em um primeiro momento, foi necessária a criação de um sentido antropomórfico de funcionalidade da natureza.

Mais tarde, com o domínio de técnicas que substituíram, até certo ponto, os processos naturais, a fixação do homem num determinado espaço foi possível, pondo fim à vida nômade. O autor esclarece que com o fim do nomadismo as tribos ganharam tempo para suas manifestações culturais e aperfeiçoamento de técnicas. Tal fato, entretanto, não rompeu com a relação umbilical entre o homem e natureza, porém deu a esta uma nova feição: mais complexa e caracterizada pela criação de mitos, pelos quais o homem buscava afirmar, por meio de narrativas, poemas e histórias, o seu lugar no cosmo.

Pelizzoli (2004, p.52) diz que o cosmo nesta concepção constituiu-se no:

modo da multiplicidade na unidade, uma unidade que indica uma harmonia, uma ordem maior, num momento de compreensão do todo, entrando aos poucos o fator decisivo que inclui dinamicidade, ou seja, o cosmo ele é dinâmico, vivo (regido também por deuses), e o homem entra neste grande projeto harmônico.

Os mitos enfatizam, assim, a posição do homem dentro desse grande projeto harmônico – o cosmo, mantendo, de certa forma, o aspecto sagrado concebido à natureza do início da construção conceitual, que se confunde também com a construção da identidade humana.

Entretanto, os mitos, ao se apresentarem por meio de narrativas, ganhavam uma característica racional, incluindo aí o aspecto reflexivo da compreensão da vida, só garantida pelo fim do nomadismo e otimização dos processos necessários à manutenção da vida.

Pelizzoli (2004) diz que a noção de cosmo e a visão da natureza esboçadas nesse período, foram essenciais e nortearam a elaboração da filosofia pré-socrática, filosofia esta, que rompeu com as características místicas dos mitos, tentando apreender a realidade em uma concepção metafísica, mais material e sistêmica.

Foram os pré-socráticos os responsáveis pelas indagações filosóficas dos princípios causais de explicação do mundo e desempenharam o importante papel na construção da identidade humana, que até então, se confundia com a natureza.

Contudo, a noção de cosmo ainda vigorava. O homem, concebido como parte integrante da natureza, era percebido como “ser no mundo”. Sendo assim, fazia parte dos processos ambientais ao mesmo tempo em que devia se esforçar para entendê-los. Dessa necessidade, surge o conceito de *physis*¹ - o primeiro conceito de natureza.

¹ *Physis*: Termo grego que significa “natureza física” e também “ordem natural”. Na Antiguidade Grega opunha-se a *physis* ao *nomos* (leis ou costumes humanos) e debatiam-se se as leis humanas (nomeadamente éticas e políticas) estavam inscritas na natureza das coisas, ou se eram meras convenções.

Entendia-se a natureza como algo dinâmico e unificador das coisas existentes. Pelizzoli (2004) mostra que essa notável noção de natureza como algo dinâmico, vivo, orgânico regenerador e sistêmico apenas começa a ser sufocada na Revolução Científica.

Podemos dizer que a origem da supressão e/ou distanciamento da figura humana em relação à natureza procede quando a *pólis*, cidade grega, se constitui como a principal forma de agrupamento social. Na *polis*, o debate objetivo sobre o *nomos*, ou seja, as leis, passa a ser mais importante que a própria compreensão da natureza no estabelecimento das relações humanas com o espaço.

A formulação de conceitos, signos e categorias é de suma importância para o desenvolvimento intelectual dos seres humanos. A partir da conceituação de fenômenos, coisas e comportamentos é que o debate filosófico ganhou fluidez e corpo teórico. Desde então, a construção e o fortalecimento de conceitos, embasados na herança cultural, na observação e na ocorrência dos fenômenos naturais passaram a alimentar a necessidade humana de compreensão do meio circundante.

Entretanto, não foi apenas o debate intelectual que ganhou força com a conceituação das coisas, fenômenos e comportamentos. Simultaneamente ao crescimento no campo científico outra área também se aproveita: o ordenamento social, com a formulação de leis e normas que orientam as relações sociais dentro de um determinado espaço.

Surge, pois, uma nova interpretação do conceito de cosmo, que além de ser considerado enquanto *physis* passa a englobar características sociais e materiais, como o *nomos* e a *pólis*. A contemplação filosófica do cosmo e da *physis*, por serem menos objetivas no estabelecimento de normas, leis e regras para instituir do funcionamento e organização das atividades na *polis*, são deixadas de lado, ao passo que os debates do *nomos* ganham destaque, conforme sugere Pelizzoli (2004, p.57):

A pólis (cidade) humana deve buscar ordenar-se (por leis) tal qual a unidade dinâmica do cosmo. O aparecimento da noção de leis (nomos) é essencial. O grego percebe a necessidade de fixação dos seus limites (peiras), como a ilha grega bem protegida, seu “ego” em expansão.

Gusdorf (1980, p. 128) afirma que nesse período histórico:

A universalidade da razão inferida vai de par com a universalidade geográfica e administrativa dos ambientes e recursos e da organização social, no caso da era dos impérios. O comportamento categorial, assim pressupõe uma administração mais centralizadora, técnicas de governo, sistema monetário, militar, comercial política e serviços públicos. A manipulação do real se torna, cada vez mais, indireta e artificiosa.

Com o estabelecimento das fronteiras e delimitação do território das cidades, o comportamento categorial principal e mais importante para a preservação de tudo que fora produzido dentro dos espaços sociais era, sem dúvida, aquele que pressupunha a manutenção do controle e posse dos bens produzidos pelas pessoas que ali viviam. É por isso que, as técnicas de governo, os sistemas militares e as leis para a proteção das fronteiras das cidades, tornaram-se mais importantes frente ao debate social do que as questões vinculadas ao funcionamento da natureza.

A compreensão da realidade social fundamentada nas relações urbanas ganhou, pois, condições para romper com a estrutura do pensamento místico. A realidade passa a ser explicada de uma maneira mais racional e categórica. A natureza passou a ser vista através de um prisma lógico, racional e material. Portanto, o desenvolvimento das cidades e as ramificações de suas funcionalidades passaram a ser sustentados por uma nova maneira de pensar: a metafísica.

A metafísica segundo Pelizzoli (2004, p.58), firma-se pela

ideia de que a natureza opera por leis e princípios necessários e universais, e que isto pode ser conhecido pela nossa razão;

assim porque também nosso pensamento segue leis lógicas de funcionamento. É preciso, pois, desvelar a verdade, descobrir o que está por trás da realidade que aparece.

A metafísica, arraigada aos pensamentos filosóficos da época, rompeu com o antropomorfismo e iniciou uma nova fase da relação homem/natureza, chamada de antropocentrismo.

Assim, com bases racionalistas, o pensamento filosófico começava a desvendar, por meio do ordenamento da razão (*nomos*), as diferentes faces da natureza. Buscou-se desde aquele período, uma compensação racional da superação dos mitos e da figura dos deuses e em sua dinâmica natural. As explicações dos fatos passavam a serem amparadas por noções e métodos de uma ciência que buscou se firmar na metafísica.

Em suma, pode-se dizer que o pensamento produzido na Grécia durante o período dos impérios, foi fértil para a evolução da epistemologia ambiental que, em uma análise sintética da realidade, traz, à tona, duas visões distintas da natureza: uma inclusiva, que concebe o homem como parte integrante e indissociável, e outra que se apresenta como algo distinto, cuja compreensão pelo homem se dá pela lógica. Pelizzoli (2004, p. 59), assim considera essas concepções:

1. forma de abordagem da natureza de caráter integrador, que considera os processos da mesma;
2. modelo de apreensão do real que enceta para a autonomia da razão e lógica humana, e modo de relação com a alteridade via dominação.

Vale salientar que ambas as maneiras foram cunhadas em diferentes momentos histórico-culturais, sendo que a segunda proposta traduz a superação da visão do cosmo mitológico, que dá lugar às verdades advindas da lógica racional metafísica.

A visão preponderante da lógica racional metafísica somente foi rompida com o declínio do império romano e início da Idade Média. Naquele contexto, as várias divindades, muitas delas que representam simbolicamente as forças natureza, foram substituídas por uma visão teocêntrica e monoteísta. Com isso, a visão própria

do pensamento platônico e aristotélico, bases da filosofia greco-romana, dava lugar a uma teologia, segundo a qual, procurava-se preservar a ideia de ordenamento da natureza, porém substitui as demais divindades em uma só: Deus (MONTIBELLER-FILHO, 2008). Vale destacar que nesse processo surge o cristianismo.

A partir dessa concepção teológica e monoteísta da natureza, a cosmologia passa ser encarada por meio dos dogmas da gênese judaico-cristã (para alguns ecologistas, esse momento representa o símbolo da dicotomia entre o homem/natureza). Tal afirmação pode ser traduzida pela seguinte passagem da Bíblia, símbolo máximo da fé cristã em Gênesis (IX 1-3):

Deus abençoou Noé e seus filhos, dizendo: ‘Sejam fecundos, multipliquem-se e encham a terra. Todos os animais da terra temerão e respeitarão vocês: as aves do céu, os répteis do solo e os peixes do mar estão no poder de vocês. Tudo o que tem vida e se move servirá de alimento para vocês. E a vocês eu entrego tudo, como já havia lhes entregue os vegetais’.

Esta passagem sugere a autonomia dada aos homens por Deus, porém perdida após Adão ser expulso do paraíso por cometer o pecado original. Em decorrência da ordem divina de desfrutar da Terra, o homem, que se encontrava no topo da hierarquia na “grande cadeia do ser” construída por Deus (GLACKEN, 1953), poderia dominar e o ordenar a natureza utilizando suas habilidades.

Tem-se a partir daí, um movimento em direção à separação da natureza como natureza humana e não-humana, atribuída por uma supremacia do homem em relação à natureza. Tal mudança de abordagem rompe de vez com a característica includente-umbilical da relação homem/natureza estabelecida em sua origem.

Luz (2005) corrobora esse ponto de vista, afirmando que a criação do Deus no gênero masculino termina com o prestígio feminino da mãe natureza, dando início à tricotomia Deus-Homem-Natureza, na qual o homem situa-se sob a tutela divina, mas está hierarquicamente superior à natureza. Para ele, a interação

do homem com o espaço seria, assim, de total soberania: a natureza torna-se meio e deve ser dominada.

Pelliozzi (2004) concorda que esse momento configura-se no início da dissociação homem/natureza. Entretanto, alega (op.cit. p.60) a ideia se deu por uma visão fundamentalista da mensagem bíblica. Enfatiza que a interpretação da citada passagem do Gênesis não sugere propriamente uma dicotomia, pois não está isenta da noção do sagrado que envolve a ideia da condição divina do ser humano. Para a autora, ainda há, nessa época um impedimento moral e teológico para o avanço da racionalidade instrumental e objetificadora.

Contudo, é necessário considerar que na Idade Média a ideia de separação do homem da natureza ganha força, assim como a ideia de Deus como o responsável pelo ordenamento existente da natureza e esses dois fatos corroboram o início de uma ciência quantitativa, descritiva, contemplativa e observadora que tem como intuito desvendar os processos da natureza para utilização humana.

A ciência experimental desenvolve-se e abre caminhos para a filosofia racional de René Descartes, que instituiu a dúvida sobre as certezas dogmáticas e a necessidade de comprovação empírica de toda evidência como métodos fundamentais para a construção do conhecimento.

Tal como explica Giansanti (1998), o chamado método cartesiano tem como pressuposto a realização de quatro tarefas básicas: verificar se existem evidências reais e indubitáveis sobre determinado fenômeno; analisar ou decompor as coisas em suas unidades fundamentais e estudá-las em detalhes; sintetizar, ou seja, agrupar novamente as unidades estudadas em um todo verdadeiro, e enumerar todas as conclusões e princípios utilizados, a fim de manter a ordem do pensamento.

René Descartes afasta, portanto, a visão antropocêntrica teológica dando origem a uma concepção científica de apreensão da realidade. Esse movimento foi chamado de Revolução Científica. Com ele, a relação homem/natureza ganha dimensões nunca vistas que, até os dias atuais, vigoram em nossa sociedade.

Assim como a visão teológica, na concepção científica alicerçada por Descartes, a natureza é um recurso, um bem a ser apropriado pelos homens. Em seu *Discurso sobre o método*, (Descartes, 1937, p.154) o filósofo afirma:

Em vez desta filosofia especulativa que se ensina nas escolas, pode-se encontrar outra prática pela qual, conhecendo a força da ação do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos cercam tão distintamente como conhecemos os diversos mistérios de nossos ofícios poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios e assim tornar como que senhores e possuidores da natureza.

Com o método cartesiano, ou o cartesianismo, se consolidam dois pontos fundamentais do pensamento moderno: o caráter prático e utilitário dos conhecimentos e uma visão antropocêntrica científicista do mundo em relação à natureza. O homem se torna o centro do mundo, por ser capaz de raciocinar: Penso, logo existo². Deixa de ser visto como um animal como outros tantos e passa a estampar o rosto de figuras celestiais, como o de anjos e Deuses. Os demais seres animados seriam manifestações de vida inferiores.

O modelo cartesiano estabelece o princípio fundamental para a ciência moderna: a dicotomia homem/natureza, ou seja, homem e natureza estão totalmente dissociados. A natureza torna-se objeto de estudo da ciência e o homem, embasado no racionalismo, torna-se capaz de explicar os fenômenos da maneira fragmentada e racional.

Pelizzoli (2004, p.72), ao discorrer sobre a nova abordagem científica embasada no Positivismo da ciência moderna, afirma que:

Essa visão compõe-se a partir de um prisma dicotomizado de abordagens específicas e objetivas, sistematizando a visão do pesquisador; reforçando uma visão analítica e pontualizada;

² *cogito ergo sum*, máxima de Descartes.

deixando de considerar as interligações, contextos, formas holísticas e o espectro orgânico e vivo da natureza.

Luz (2005, p.34), corrobora a ideia quando escreve:

Que o antropocentrismo, o racionalismo, o mecanicismo e o cartesianismo foram paradigmas fundamentais e úteis para o impulsionamento da ciência, e foram fundamentais para a construção do conhecimento humano em suas diversas derivações.

De fato, as ciências mecanicistas, racionalistas e cartesianas exerceram incontestável papel na evolução do conhecimento humano. Os avanços científicos propiciados por esse modelo racional possibilitaram grandes melhorias nas condições de vida da humanidade e nas relações sociais, especificamente, urbanas e rurais.

Entretanto, as ciências humanas, incluindo-se ao grupo, a Geografia, não se beneficiaram do novo paradigma como as demais áreas do conhecimento. O método quantitativo e fragmentado propostos pela ciência moderna não é capaz de sanar as necessidades de apreensão da realidade complexa e, portanto, indissociável. O debate da relação homem/natureza, à luz da concepção positivista, permaneceu totalmente vinculado à ideia de natureza concebida como uma reserva natural de recursos, sendo, por essa razão, necessária sua classificação e quantificação.

Embora não tenham corroborado as necessidades da ciência geográfica, tais avanços científicos, em meado do século XVIII, acarretaram a Revolução Industrial que fundou, na vida dos homens, a crença da tecnologia como ferramenta ideal para otimização de suas ações.

Esse fato somado ao crescimento exponencial das diversas áreas da ciência resultou na consabida visão do homem a respeito da natureza: um recurso natural, inesgotável que serve para o progresso industrial. A ideia de uma natureza intocável aparece como um entrave ao desenvolvimento da economia dos países.

Têm-se a partir do capitalismo, a ideia de que não é possível ter crescimento econômico sem apropriação dos recursos naturais.

O homem moderno, que, então, já se via alheio à natureza, encarou a sua preservação como algo totalmente fora de contexto e se excluiu de todo processo natural, fato evidenciado por uma nova relação do homem com a natureza: homem *versus* Natureza, ou numa outra linguagem: desenvolvimento *versus* meio ambiente.

A Revolução Industrial é um importante marco histórico da epistemologia ambiental. Foi naquele momento em que as cidades ou a burguesia ganhavam forças perante o sistema feudal/absolutismo, que a noção de apropriação da natureza ganhava corpo, tornando o grau de desenvolvimento e progresso de determinada sociedade totalmente vinculados à capacidade de dominação e emancipação do homem perante o meio.

A dominação da técnica, fundamental para o triunfo da economia, exige, segundo Mueller (1996, p. 40), que o homem passe a também ser subjugado, pois faz parte desta natureza. O autor ainda complementa, dizendo que a técnica:

Além de liberar o homem da natureza, acelerando e intensificando a satisfação das necessidades, ela gera outras, multiplicando os meios de satisfazê-las e, com isso, cria metanecessidades, isto é, necessidades a serem satisfeitas exclusivamente por uma mediação técnica cada vez mais complexa e, assim, ao infinito.

Com a tecnologia tornando-se cada vez mais necessária no dia a dia do indivíduo, a dependência da sociedade ao projeto civilizatório, cunhado sob a égide da ciência positivista, cresce, dando pretexto epistemológico para o desenvolvimento de uma ideologia dominante criada à luz da primeira Revolução Industrial: o capitalismo.

O projeto civilizacional capitalista, acarretado pelos desdobramentos da Revolução Industrial e da ciência positivista, tem grande influência na ramificação das atividades sociais por conseguir otimizar o sistema produtivo. Mas embora o desenvolvimento da ciência tenha corroborado o paradigma capitalista, a liberdade intelectual, ao contrário do que era visto no feudalismo, ganha espaço com contornos não lineares e complexos,

o que possibilita o surgimento de linhas de pensamento que criticam a atual realidade.

A emergência de críticas aos processos produtivos desencadeados pelo desenvolvimento capitalista foi possibilitada pelo fato de que nos últimos anos, sobretudo no campo das ciências humanas, fora criada na consciência dos cientistas, a ideia de que uma análise é, sobretudo, uma tomada de posição e, portanto, dotada de valorização das diversas dimensões inerentes à condição humana (RIBEIRO, 2010). Segundo o autor (op.cit, p. 219), a ideologia é uma destas dimensões:

Existe toda uma série de tipos possíveis de mentalidade ideológica. Podemos ter como primeiro exemplo desta série, o caso em que o indivíduo - que pensa e concebe - se vê impedido de tomar consciência da incongruência de suas ideias com a realidade em virtude do corpo total de axiomas implicado em seu pensamento, histórica e socialmente determinado. Um segundo tipo de mentalidade ideológica é a “mentalidade hipócrita”, que se caracteriza pelo fato de que, historicamente, tenha a possibilidade de desvendar a incongruência entre suas ideias e suas condutas, mas, em vez de o fazer, ocupa essas percepções, em atenção a determinados interesses vitais e emocionais. Como o tipo final, existe a mentalidade ideológica que se baseia no logro consciente, em que se deve interpretar a ideologia como sendo uma mentira deliberada. Neste caso, não estamos tratando com a auto-ilusão, mas com o enganar deliberadamente outra pessoa.

Chauí (1993, p.21) partilha o último entendimento proposto por quando escreve que:

Os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas ideias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esses ocultamentos da

realidade chama-se ideologia. Por intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e dominação fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.

Surge daí uma das críticas mais concretas ao desenvolvimento proposta pelo marxismo em 1888, que assinalava o caráter necessariamente desigual em que se fundava o desenvolvimento capitalista, baseado na exploração da mão de obra do trabalhador. Sendo assim, podemos dizer que havia críticas à desigualdade promovida pelo desenvolvimento, mas não ao desenvolvimento enquanto proposição econômica e cultural. Os que eram contrários ao desenvolvimento questionavam a desigualdade acarretada para fomentá-lo, ao passo que acreditavam que a superação deste efeito colateral, ilustrada pela igualdade dos povos e nações, só seria possível pela via do desenvolvimento que, no caso do marxismo, se daria pelo Socialismo/Comunismo.

Ao dissertar sobre o assunto Porto-Gonçalves (2011, p. 24-25) postula que:

A ideia de desenvolvimento sintetiza melhor que qualquer outra o projeto civilizatório que, tanto pela via liberal e capitalista como pela via socialdemocrata e socialista, a Europa Ocidental acreditou poder universalizar-se. Desenvolvimento é o nome-síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria. (...) Deste modo, os que criticavam a desigualdade do desenvolvimento contribuíam para fomentá-lo, na medida em que a superação da desigualdade, da miséria, se faria com mais desenvolvimento. O progresso, dizia-se, era um direito de todos! Todos parecem ter direito ao desenvolvimento, que se transforma em uma imposição, em vez de opção. Aqui se confundem duas questões diferentes, com graves consequências para a superação dos problemas contemporâneos, entre eles o desafio ambiental: a ideia de que igualdade só pode ser contemplada com desenvolvimento – todos têm direito à igualdade -, sem que nos indaguemos acerca dos diferentes

modos de sermos iguais, como as diferentes culturas e povos que a humanidade inventou ao longo da história atestam.

Capra (1983) entende que essa ideia, de único modelo de desenvolvimento e progresso para todos, apresentada por Porto-Gonçalves no início do trecho supracitado, é concebida a partir da concepção do mundo como sistemas mecânicos fechados da realidade, fruto do Positivismo que consiste em analisar o todo em objetos separados, isolados, que possam ser reduzidos aos seus componentes materiais fundamentais. Por isso, torna-se difícil pensar além dos horizontes e superar os quadros de miséria e desigualdade desencadeados pela efetivação do desenvolvimento como projeto civilizatório.

Entretanto, nas últimas décadas, o surgimento do ambientalismo e sua crescente aceitação pela sociedade contemporânea colocam em cheque o atual paradigma desenvolvimentista, progressista e tecnocrata proposto desde a primeira Revolução Industrial. Começa-se a pensar que talvez haja sim limites para a apropriação da natureza. Assim, além de um desafio técnico, estamos frente a um desafio político e, até mesmo, civilizatório com duas grandes possibilidades para o relacionamento do homem com o espaço geográfico.

Considerações finais

Do ponto de vista geográfico, no momento em que a epistemologia humana recorre à problemática ambiental para efetivação de suas relações sociais na construção do espaço, a relação do homem com o meio, objeto de estudo da ciência geográfica, é colocada no cerne da discussão e, ao evidenciarmos sua configuração atual, nos são mostradas como as atuais demandas ambientais são importantes para a reestruturação da relação homem/natureza, construída ao longo dos anos.

Sendo assim, é correto afirmar que a questão ambiental e seu enfrentamento proporcione, ao homem, um momento de reflexão, necessário para dar novos contornos à forma com que ele vê e se

NAVES, J.G.P. & BERNARDES, M.B.J. A formação histórica homem/ ...

enxerga no mundo. A compreensão disso parece ser fundamental, porque o resultado da assimilação da problemática ambiental poderá balizar e fundamentar vários processos sociais e intervenções humanas na natureza, nos próximos anos.

Por ser essa compreensão crucial, deve-se delegar a todos os setores da sociedade o fortalecimento de seus discursos e a apropriação da questão ambiental aos interesses dos grupos e fomentar a troca de ideias, respeitando-se os diferentes pontos de vista.

Feito isso, o debate epistemológico ganha em qualidade, pois passa a englobar as diferentes demandas da sociedade e suas propostas para a superação desta crise civilizacional evidenciada hoje pela questão ambiental.

Esta superação deve se dar pela reformulação da identidade humana, ou seja, na maneira pela qual o homem se vê e enxerga o que o rodeia. Que essa reestruturação possa ouvir os vários saberes e se torne cada vez mais aliada da proteção do meio ambiente e da construção de uma sociedade justa, onde todas as classes se façam presentes e se sintam incluídas em todo processo.

Assim, a discussão, a sociedade e o meio ambiente, alcançariam todo o potencial propiciado pela emergência da questão ambiental no paradigma humano e seus desdobramentos seriam os melhores possíveis para este momento histórico.

Referencias bibliográficas

CAPRA, F. *O ponto de mutação* – São Paulo: Cultrix, 1983

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. 6. ed. – São Paulo, 1993

DESCARTES, R. *Discurso do método*. Tradução: Enrico Corvisieri. Original, 1637 - São Paulo: Convívio, 2005.

GIANSANTI, R. *O desafio do desenvolvimento sustentável* – São Paulo: Atual, 1998.

- NAVES, J.G.P. & BERNARDES, M.B.J. A formação histórica homem/ ...
- CLACKEN, C. *Traces on rhodian shore: nature and culture in western thought from ancient times to the end of the Eighteenth Century*. Berkeley: Univ California Press, 1990.
- GUSDORF, G. *Mito e metafísica*. São Paulo: Convívio, 1980.
- LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. Tradução: Sandra Valenzuela. Revisão técnica: Paulo Freire Vieira. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7. ed – Petrópolis: Vozes, 2009.
- LUZ, A. R. da. *A Reutilização da Água*: mais uma chance para nós. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
- MONTIBELLER-FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 3. ed. – Florianópolis: Ed da UFSC, 2008.
- MUELLER, C. C. *Economia e meio ambiente na perspectiva do mundo industrializado: uma avaliação da economia mundial neoclássica*. – São Paulo, 1996.
- PELIZZOLI, M. *Emergência do paradigma Ecológico*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PORTO-GONÇALVES. C. W. *O desafio ambiental*; Org: Emir Sader – Rio de Janeiro: Record, 2011.
- RIBEIRO, G. L. *Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento*. Revista de Antropologia- Número 34, São Paulo: USP, 2010

Recebido em agosto de 2013
Aceito em setembro de 2014